

**AS POLÍTICAS DE ROUSSEAU E AS DE ROBESPIERRE: FALSAS
PRETENSÕES E VERDADEIROS ESPELHOS DEFORMADOS
a questão do pobre no centro da cidade republicana¹**

**POLITIQUES DE ROUSSEAU ET POLITIQUES DE ROBESPIERRE : FAUX
SEMBLANTS ET VRAIS MIROIRS DÉFORMÉS
la question du Pauvre au coeur de la cité républicaine**

Por

Pierre Serna²

[Tradução Marta Nunes da Costa]

Marta Nunes da Costa³

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

1. INTRODUÇÃO: ROUSSEAU NO PANTEÃO DA REPÚBLICA

No dia 25 Germinal do ano II (14 de Abril de 1794), uma delegação da comuna de Franciade (anteriormente, Saint Denis), acompanhada da viúva de Jean-Jacques Rousseau, apresenta-se na barra da Convenção nacional e pede que as cinzas do célebre filósofo sejam depositadas no Panteão.⁴

A petição redigida num estilo eloquente, apresenta Rousseau como “o amigo dos costumes, grande apóstolo das virtudes sociais, célebre defensor da igualdade.” Trata-se, nesta primavera do governo revolucionário, de associar o filósofo à vasta tarefa de aculturação republicana que acompanha a política de uma parte do Comité de Saúde

¹ Publicado originalmente em 14 de novembro de 2015. La Révolution française – Cahiers de l’Institut d’histoire de la Révolution française. Dossier Citoyenneté, république, démocratie dans la France de la Révolution, 9 | 2015.

² Professeur d’histoire moderne à l’Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne.

Courriel: pierre.serna@univ-paris1.fr.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4148-450X>.

CV: <http://www.ihmc.ens.fr/-SERNA-Pierre-.html?lang=fr>.

³ Professora Doutora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

E-mail: nunesdacosta77@gmail.com.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8523-314X>.

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0061251667497011>.

⁴ Marcel REINHARD, Marc BOULOISEAU (dir.), *Archives Parlementaires. Recueil complet des débats législatifs et politiques des chambres françaises* (nomeado a partir daqui como AP), Volume 88, Paris, CNRS, 1969, p. 581-582 : 25 germinal an II (14 avril 1794) para o conjunto das citações seguintes.

Pública em torno de Robespierre, tentando fundar um novo regime. O corpo de Rousseau ocupa um espaço simultaneamente concreto e imaginário, tornando-se por isso mesmo uma figura possível da Revolução republicana em marcha. Os seus restos [mortais] são guardados por um homem, Girardin, que os queria guardar para si, como no “tempo dos privilégios e dos direitos injustos”, enquanto que a delegação popular afirma explicitamente que o corpo de Rousseau que combateu toda a sua vida pela educação e felicidade do maior número, deve tornar-se “propriedade nacional.” Retomando os propósitos dos cidadãos que tiveram direito às honras da barra, o presidente confirma que as “cinzas pertencem à nação inteira” e constata que “em parte alguma poderia Jean-Jacques ser dignamente honrado, a não ser no povo que primeiro proclamou e estabeleceu a liberdade e igualdade.” De seguida, o deputado Lequinio pede que a Convenção decreta a translação das cinzas de Rousseau ao Panteão francês, requisição suportada pelo montanhês Jean Debry em favor do “autor de *Emílio* e *Do Contrato Social*” que a Convenção vem de desencorajar “uma facção que tinha por dogma terrível o ateísmo e queria nos reconduzir ao jugo do despotismo.” De modo abrupto, a realidade da repressão retorna e é Rousseau que serve de alibi à legitimidade da eliminação dos Dantonistas e dos Hébertistas. Algumas semanas antes, as duas facções eram suspeitas de querer desmoralizar o povo, defendendo, por razões diferentes, um ateísmo não cívico. A sombra inquietante da guilhotina e o jogo político de recuperação do filósofo morto já estão em marcha... O decreto que se segue afirma a vontade da Convenção de ver as cinzas transferidas depois que o comité de instrução tenha feito seu relatório.

Somente no mês de setembro, depois da crise do Thermidor e a eliminação de Robespierre e dos seus próximos é que se precipita o caso e se acelera a preparação da cerimónia. Convém dar conta do discurso notável que Lakanal fez em nome do comité de instrução, já que ele constitui uma síntese luminosa da omnipresença de Rousseau no gesto ao mesmo tempo revolucionário e republicano.

O discurso pronunciado na Convenção no 17 Vindemiário, ano III (15 de setembro de 1794) começa por reconhecer “a influência quotidiana do filósofo genebrês no progresso da moral pública”, corroborando cinco anos de ações políticas que muitas vezes viram o nome do filósofo jogar um papel de cautela, de autoridade, e constituir uma referencia partilhada e cobiçada.⁵ Esses anos são apenas a continuação de uma longa maturação. O orador não deixa de lembrar que a geração que fez a revolução cresceu e

⁵ AP, volume 97, p. 202-206, 15 setembro 1794 ; Bruno BERNARDI, « Introduction », no Catálogo da exposição da Assembleia Nacional, *Rousseau et la Révolution*, Paris, Gallimard, 2012, p. 1-12.

foi formada pelo pensamento de Rousseau “por assim dizer, educado por si.” É mais que justo, diante destas condições, que toda a República chame, àquele que foi o pai espiritual dos atores de 1789 a 1992, a entrar no seu templo. Subtil, o restante do discurso constrói um retrato oco das virtudes do filósofo solitário, opondo-o, ponto por ponto a Mirabeau, o primeiro orador da Revolução rapidamente entrando no Panteão e depois condenado ao desprezo da República. Glória, eloquência e o triunfo das palavras subjugaram um povo novato. No entanto, uma vez morto, “os vícios, os talentos aviltados e as virtudes imaginárias” do nobre revolucionário apareceram à luz do dia, apelando à justa vingança dos cidadãos. Pelo contrário, Rousseau viveu na sombra, no silêncio, na solidão, mas “ele proclamara a igualdade natural, destruíra o preconceito da nobreza [...] ensinara-nos a honrar o trabalho, a pobreza, a infelicidade, a procurar no atelier humilde ou na câmara obscura das virtudes, dos costumes, a verdadeira dignidade, assim como a verdadeira felicidade.” Lakanal acaba de apontar o legado de papel deixado por Jean-Jacques Rousseau que os deputados das diferentes assembleias depois de 1789 tentaram tornar real: virtudes, costumes, felicidades, trabalho, dignidade.

Onde foram essas qualidades aprendidas, e como? Lakanal continua a sua demonstração impecável. É em *Do Contrato Social*⁶ e em outros escritos políticos que Rousseau voltara à “essência primitiva das associações humanas.” No entanto, Lakanal não cai na hagiografia simplesmente ditirâmica e desmonta com grande lucidez história o mecanismo que colocou Rousseau na agenda da Revolução. É preciso reconhecer: *Do Contrato Social* produzira pouco efeito, pois quase ninguém conseguira compreendê-lo. Por outro lado, era preciso “que uma outra obra nos conduzisse à Revolução... e essa obra é *Emílio*, o único código de educação sancionado pela natureza.” Perspicaz, Lakanal mostra o impacto superior de *Emílio*⁷ na França pré-revolucionária, e refina sua análise. *Emílio*, sem furor, sem violência, libertou a infância dos laços bárbaros, da instrução servil, pregando a razão, a virtude, o tribunal da natureza, os princípios sábios e dignos do homem. A obra operou antes de 1789 “uma revolução imensa nas nossas instituições e nos nossos costumes”, condição *sine qua non* para realizar “a próxima regeneração”. Ao transformar o amor maternal e ao ordenar que as mães amamentem seus filhos, Lakanal sustenta que Rousseau havia transformado o fundamento social da família construído sobre o amor material e não mais sobre a única autoridade do pai, e preparara

⁶ Jean-Jacques ROUSSEAU, *Du contrat social ou principes du droit politique*, 1762.

⁷ Jean-Jacques ROUSSEAU, *Émile ou de l'éducation*, 1762

assim o meio mais eficaz de derrubar o Antigo Regime. O *Conventionnel*⁸ é imediatamente colocado no coração da revolução rousseuniana e de sua relação com a Revolução francesa. Não se trata tanto do ponto de vista das ciências políticas, dos saberes do Estado e da reflexão acerca da lei que Rousseau marcou o teu tempo, mas mais pela transformação radical dos costumes, da moral e das instituições, verdadeira ciência do governo que em vão tentaram aperfeiçoar todas as políticas da década revolucionária, conscientes que aí estava a chave para a ordem pública, e o domínio da opinião pública sendo muito mais relevante que o voto da lei e da sua execução policiada.

Aí se encontra o primeiro ponto a ser bem compreendido: a contribuição autêntica de Rousseau para a Revolução não é tanto o amor da lei, a nomofilia, mas antes o dever da moral e da construção dos costumes como base do social.⁹ Metamorfosear as mulheres, inventando o amor maternal, constituía assim uma revolução tão importante e necessariamente anterior à revolução dos homens e à fraternidade masculina. Lakanal vai ainda mais longe na homenagem lúcida prestada a Rousseau, e identifica perfeitamente a problemática das origens culturais da Revolução francesa.¹⁰ Foi a Revolução que “inventou” as Luzes [Esclarecimento] e foi mais especificamente a política da Convenção nacional que criou Rousseau. Na procura da legitimidade que foi conduzida ativamente pelos revolucionários, com o objetivo de inscrever o seu gesto no movimento intelectual e prestigiado da razão, a operação de manipulação genealógica do passado para justificar o presente, impôs a ideia de uma realização pela Revolução, ideais da filosofia das Luzes. Na realidade, esta operação ideológica era resultado de uma pura construção política, não fundada sobre uma mistificação, mas sobre um voluntarismo necessário de forma a tornar aceitável e inevitável a radicalidade das mudanças impostas pelos acontecimentos revolucionários. Lakanal disse de modo muito pertinente: “É de algum modo a revolução que nos explicou o *Contrato Social*!”¹¹ Extraordinário atalho entre o pensamento de Rousseau e a ação republicana. Sem a Revolução que se produz no final do século XVIII, o texto de 1762 teria permanecido uma elucubração, utopia ou até mesmo quimera do viajante solitário... É a Revolução que permite compreender Rousseau e Rousseau, por sua vez, torna possível a Revolução num jogo de espelhos que fazem do filósofo, como

⁸ Ver Lynn HUNT, *L'invention des droits de l'homme – Histoire, psychologie et politique*, Prefácio de Amartya Sen, Paris, Markus Haller éd., 2013.

⁹ Géraldine LEPAN, *Jean-Jacques Rousseau et le patriotisme*, Paris Honoré Champion, 2007, « Mœurs et opinion publique », p 139-176.

¹⁰ Roger CHARTIER, *Les origines culturelles de la Révolution française*, Paris, Seuil, 1991, « Lumières et Révolution, Révolution et Lumières », p. 11-31.

¹¹ AP, volume 97, p. 202-206, 15 setembro 1794.

o constata Lakanal no seguimento de seu discurso, o profeta do fim do século. Segue-se um jogo de citações poderosas da obra de Jean-Jacques Rousseau que devem demonstrar a sua faculdade de vidente e a sua aprovação moral ao acontecimento imenso que foi a Revolução, assim como a sua inevitabilidade. Rousseau disse, assim, que a Revolução deveria acontecer. Ele pensou-a, e por isso os homens que a alcançaram realizaram a sua vontade e são absolvidos de tudo. “Rousseau sentia fortemente a necessidade de reconstruir o edifício social e de todos os escritores que previram uma revolução geral, nenhum a explicou mais claramente que ele.” A última profecia, citada longamente por Lakanal, segue-se: “[...] tomo como impossível que as grandes monarquias da Europa perdurem por muito tempo. Todas brilharam, e todo o Estado que brilha está diante de seu declínio.” Rousseau continua iluminando o futuro, de uma república-revolução em guerra contra os despotismos e que só terminará realmente quando as monarquias europeias tiverem desaparecido.¹²

Finalmente, a descrição da procissão seguindo as cinzas do filósofo constitui por si mesma um programa político tal como o apresenta Lakanal com os nove grupos que devem seguir, por ordem, os músicos e artistas que executam as músicas do *Devin du village*, o segundo é composto por botânicos, o terceiro por artistas de toda a espécie com os instrumentos de seus ofícios, o quarto de deputados das seções de Paris, o quinto de mães vestidas à moda antiga, segurando pela mão seus filhos, o sexto de habitantes de Franciade de Grolay e de Montmorency, o sétimo de habitantes de Ermenonville, em volta da urna das cinzas, o oitavo de genebreses novamente regenerados, o nono de deputados da Convenção nacional, envoltos de um laço tricolor e precedidos do farol dos legisladores, o *Contrato Social*. Uma estátua da liberdade e uma estátua de Rousseau encontram-se entre os grupos. Esta cenografia é apenas um espectáculo: ela conta de maneira pedagógica a vida de Rousseau, desde Genebra até seu exílio, depois sua recepção na Pátria de adopção e sua última morada, o Panteão da República; mas ela é sobretudo a expressão possível de uma sociedade perfeita, por ser rousseuniana, que apenas a República conseguiu encarnar e fazer viver, entre as mães, cidadãos e os deputados, numa igualdade de posição certamente idealizada, de mulheres e homens, de eleitores e eleitos, mas que a cerimónia quer dar a ver de forma concreta. Três dias mais tarde, a gravura de Girardet torna visível o cortejo republicano e as diferentes classes, idades e sexos da República tornando de forma pública a homenagem a Rousseau, em

¹² Catherine LARRERE, « Fédération et Nation », dans *Jean-Jacques Rousseau. Politique et Nation*. Atas do IIe Colloque International de Montmorency, Paris, Honoré Champion, 2001. p, 204-221.

plena reação termidoriana, imagem marcante da onnipresença de Rousseau no espaço público desde o início da Revolução.

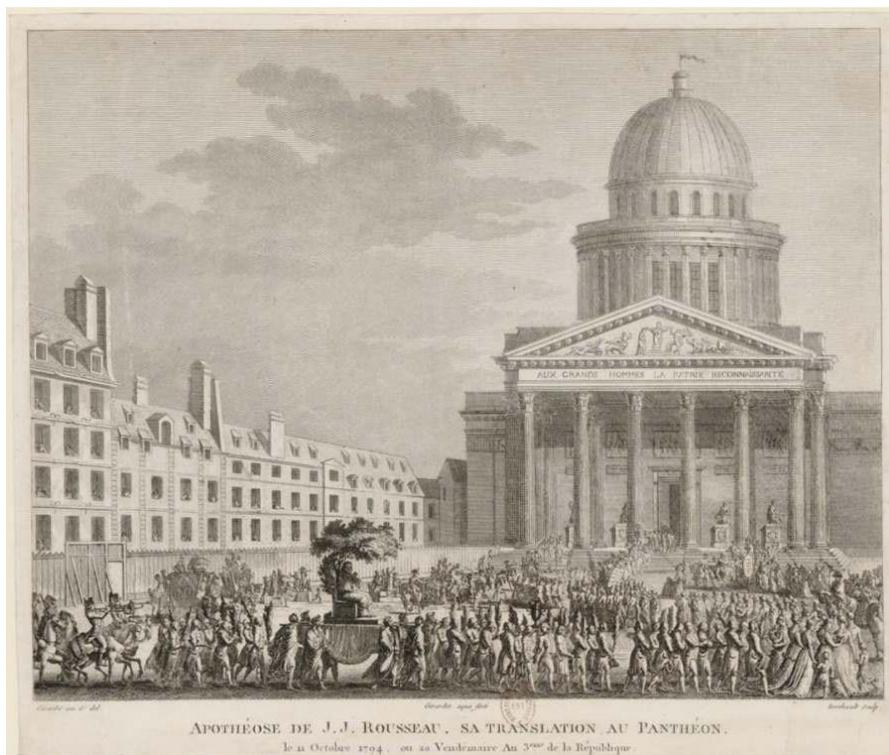


Figura 1 Apoteose de J.J. Rousseau; a sua translação ao Panteão
Desenho e tinta da China. Girardet, retomado por Berthault
BnF Estampes Qb1 11, 11 octobre 1794

Esta popularidade excepcional de Rousseau constitui em si mesma uma constatação de que o historiador deve apreciar com prudência e contextualizar. Raymond Trousson e Roger Barny avisaram-nos explicando a polissemia dos usos de Rousseau na Revolução¹³. Isso serve para todos os partidos, dos mais radicais à esquerda aos mais conservadores à direita que selecionam, citam à vontade o que os interessa na obra polimorfa do genebrês. Georges Benrekassa ainda insistiu sobre um outro ponto extremamente importante para compreender a política da Revolução, facilitando a presença de Rousseau: a invenção da subjetividade do eu pela publicação e o choque da recepção das *Confissões* de 1782. Esta publicação preparou a ascensão do indivíduo, da individualidade e do individualismo, apreendendo uma geração, que antes de compreender os direitos do homem como potencial de uma coletividade, os viu como uma libertação para cada um, uma emancipação pessoal para todos, e um convite para

¹³ Ver Roger BARNY *Rousseau dans la Révolution. Le personnage de Jean-Jacques et les débuts du culte révolutionnaire* (1791-1791), Oxford, The Voltaire Foundation, 1986 ; Jean ROY (dir.), *Jean-Jacques Rousseau et la Révolution*. Actes du Colloque de Montréal, (25-28 mai 1989), Ottawa, Pensée libre, n° 3, 1991 ; Raymond TROUSSON, *Jean-Jacques Rousseau*, Paris, Éditions Tallandier, 2003.

viver livremente segundo sua boa vontade para que cada um desfrutasse de sua liberdade conquistada¹⁴.

2. AS ORIGENS CULTURAIS DO RUSSEAUNISMO NA REVOLUÇÃO OU ALGUMAS PRUDÊNCIAS METODOLÓGICAS

Figura emblemática e, ao mesmo tempo, complexa, Rousseau apresenta diferentes facetas que facilitam as projeções de todos aqueles que, em graus distintos, sofrem, se consideram inferiores, neste fim de século onde a victimologia está bem posicionada diante de toda essa imensa frustração que os bloqueios da sociedade do Antigo Regime tornam insuportáveis, e mais especificamente para os jovens homens cheios de talentos mas sem os poderes exprimir¹⁵. Este é o caso de um jovem advogado de Arras que manifestamente, no início do ano de 1789, vai escrever um texto dedicado aos Manes de Rousseau¹⁶. O homem das leis agradece a Rousseau por este o ter feito refletir sobre os “grandes princípios da ordem social”, ao mesmo tempo que o velho edifício desmorona. “O pórtico de um edifício novo se ergueu sobre esses escombros, e graças a ti, trouxe minha pedra.” Desejar o bem de seus semelhantes, ser um homem virtuoso, levar uma vida laboriosa, obter de seguida reconhecimento dos povos, tudo isso é desejado ardentemente “ao custo mesmo de uma morte prematura.¹⁷” O autor desta dedicatória inventa um destino rousseauiano, escreve uma existência de um Rousseau novo, “desinteressado, simples, austero, virtuoso, perseguido¹⁸”, até mesmo vítima, pouco importa se ele atinge seu modelo, um prodígio das virtudes, descoberto nas *Confissões* (o único título citado nestas duas páginas). O jovem advogado se projeta na figura tutelar como se fosse para lhe dar continuidade, “feliz se na carreira perigosa que uma revolução

¹⁴ Georges BENREKASSA, *Fables de la personne. Pour une histoire de la subjectivité*, Paris, PUF, 1985, p. 137 ; Babacar NDIAYE, « La re-naissance de Jean-Jacques Rousseau ou les débuts de sa vie post-mortem : des confessions (1782) à la panthéonisation (1794) », *ethiopiennes*, n° 68, 1 semestre 2002, [http://ethiopiennes.refer.sn/spip.php ? , artigo 297](http://ethiopiennes.refer.sn/spip.php?article=297), consultado a 20 outubro 2015.

¹⁵ Robert DARNTON, *Bohème littéraire et révolution*, Paris, Hautes Etudes / Gallimard / Le Seuil, 1983, « Dans la France pré-révolutionnaire : des philosophes des Lumières aux « Rousseaux des ruisseaux », p. 7-42.

¹⁶ Maximilien ROBESPIERRE, *Œuvres Complètes de Maximilien ROBESPIERRE*, (désormais, *Robespierre OC*), volume I, Paris, Société des Etudes Robespierriennes, 1968, *Œuvres Littéraires*, « Dédicace à Jean- Jacques Rousseau », p 211-212.

¹⁷ *Ibidem*.

¹⁸ *Ibidem*.

sem precedentes vem de abrir diante de nós, permaneço constantemente fiel às inspirações que retirei de teus escritos¹⁹.”

Os dois discursos de Lakanal em setembro de 1794, e de Robespierre no início do ano de 1789, chamam a atenção do historiador, que trabalha sobre a influência de Rousseau na Revolução, para duas armadilhas a evitar: a ilusão biográfica e a ilusão histórica. Esta última consistiria em pensar que a Revolução traduz o pensamento de Rousseau e que a filiação reivindicada, assumida, desejada pelos revolucionários é evidente e constrói um caminho onde os factos da sequencia estudados demonstram a influência de Rousseau, porque os atores o dizem, porque a retórica parece recorrer aos textos de Rousseau²⁰. É preciso aqui guardar distancia desta concepção de história (talvez visível nos escritos do final do século XIX, a favor ou contra Rousseau) e reconhecer a importância das contingências ou, pelo menos, conceber a indeterminação de uma obra, neste momento prolífica já que pode inspirar políticas diferentes. O segundo perigo, a ilusão biográfica é aquela que encarna o Robespierre melhor²¹. Não apenas ele exalta o seu modelo e a partir de um texto que não é o mais político, a saber, *Confissões*, mas ele se imagina a si mesmo como o continuador, até mesmo o realizador de uma obra a traduzir-se no real, e a morrer por ela²². Desmontar a dupla ilusão de uma Revolução, inicialmente inventada por Rousseau, depois daquela de um Robespierre traduzindo a obra de Rousseau no domínio político, pela edificação de uma República de virtude figurada pela religião civil, não deixa de negar a influência real de Rousseau sobre a Revolução. Convém sobretudo pensar como as contingências dos fenómenos imprevisíveis a partir de 1789 foram associadas pelos próprios contemporâneos às intuições políticas de Rousseau, no que diz respeito à igualdade e liberdade, de forma a dar sentido a uma realidade que os ultrapassava. Isto implica compreender como a voz do filósofo, retirada do passado, tranquilizava os atores tomados pela tormenta e talvez

¹⁹ *Ibidem*.

²⁰ François HARTOG, *Régimes d'historicité. Présentisme et expériences du temps*, Paris, Seuil, 2003. « Patrimoine et présent », p. 163-206.

²¹ Não é assim também a postura de Norman Hampson que repreende as palavras de Robespierre a propósito de Rousseau para deificá-las no próprio título de seu artigo? Norman HAMPSON, « "Je veux suivre ta trace vénérée", Robespierre as a reincarnation of Rousseau », em Annie JOURDAN (dir.), *Robespierre-Figure-Réputation*, Yearbook of European studies, 9 (1996), p. 19-36.

²² Sobre as estratégias de encenação durante e depois da Revolução ver de Sergio LUZZATTO, *Mémoire de la Terreur : vieux montagnards et jeunes républicains au XIX siècle*, Lyon, PUL, 1991 ; Pierre SERNA, *La république des Girouettes, 1789-1815 une anomalie politique : la France de l'extrême centre*, Seyssel, Champ-Vallon, 2005, « L'empire du milieu » p. 467-530.

sem nenhuma referencia no momento das escolhas políticas dramáticas, impostas pelas circunstâncias²³.

Assim, não aparecia lógica de continuidade, reduzida a um sistema empobrecedor de causalidade, entre aquele que morreu em 1778 e a sequência que se abre em 1789. Joga-se, em vez disso, uma sobreposição em distorção, entre uma obra disponível, num mundo radicalmente novo, e uma realidade que, oferecendo uma imagem deformada dessa obra, se refere a ela mas de maneira enviesada, no jogo da interpretação e da apropriação da palavra de Rousseau. Robespierre não repete Rousseau, ele re-produ-lo, ou pelo menos tenta impô-lo, tenta enquadrá-lo num mundo desconhecido para Rousseau e radicalmente diferente daquilo que o filósofo pudera conhecer e imaginar. Convém, por isso, partir da política de Rousseau para identificar os seus aspectos principais, depois confrontar o texto à política dos homens na Revolução e mais especificamente à trajetória de Robespierre que quis encarnar a virtude abençoada de Rousseau, tanto do ponto de vista da política, como do ponto de vista do pensamento social e económico, até ao acontecimento fatal do 10 de Thermidor²⁴.

3. POLÍTICAS NO PLURAL DE ROUSSEAU E ROBESPIERRE

Os dois homens têm um pensamento político de tal riqueza que não se conseguiria simplesmente adotar como método a identificação das citações do mais jovem para se limitar a medir a influência de seu mestre “venerado”. Seria melhor evocar os Rousseaus, no plural, segundo a época de sua vida, as múltiplas facetas de sua obra, mas também os Robespierres devido a evolução do seu pensamento, sensível à conjuntura, poderoso nas diferentes fontes da obra de Rousseau e construindo uma relação complexa com a obra de referência e matriz de sua inspiração, porém sem jamais a seguir servilmente²⁵. Tal como Rousseau que reclamava na posteridade não ter separado a sua obra entre ficção e teoria, ciências e literatura, o todo participando de uma verdade conjunta, é preciso compreender os dois sistemas como estando ligados pela vontade do deputado

²³ Reinhart KOSELLECK, *Le futur passé. Contribution à la sémantique des temps historiques*, Paris, EHESS, 1990.

²⁴ Para uma leitura recente da biografia de Robespierre, ver Hervé LEUWERS, *Robespierre*, Paris Fayard, 2014.

²⁵ Sobre as duas faces do personagem de Robespierre, idealista e pragmático, pensador do político e homem de Estado, ver Pierre SERNA, « Robespierre fait la polis, janvier 1793- avril 1794 », dans Michel Biard, Philippe Bourdin (dir.), *Robespierre Portraits Croisés*, Paris, Armand Colin, p. 161-176.

montanhês, no qual as citações explícitas marcam os pontos de convergência formais, sem definir os limites da contribuição do primeiro. Robespierre não sabia se contentar de tentar transpor o pensamento que irriga o seu *ethos* e, no entanto, a influência de Rousseau vai muito além da identificação do apelido genebrês na obra, ela constitui um sistema para o conjunto da política de Robespierre. Os fragmentos que os historiadores procuram, perseguindo os índices da intertextualidade, as citações explícitas ou as homenagens implícitas, vendo as reapropriações sob a forma de re-escritura das ideias potentes nas páginas de Rousseau, na prova, os discursos e os artigos do homem político, não podem limitar a influência do cidadão de Genebra às únicas menções explícitas de seu nome. Rousseau fora mais que isso para todos os homens jovens da geração que fizera a revolução²⁶.

O ponto de ligação mais intenso, irreduzível e iniludível é a República como totalidade. A necessidade absoluta de um elo orgânico, constitutivo entre a sociedade e as instituições políticas, de tal maneira que essas duas entidades permanecem numa relação de co-substancialidade, de uma face à outra, constitui a fundação da sua comunhão intelectual. Rousseau dá-se bem conta que o seu sistema filosófico necessita de mudar “a natureza dos homens²⁷.” O segundo, Robespierre, compreende que o seu imperativo político implica praticamente mudar a natureza das relações de produção e o sentido do parlamentarismo, não podendo aceitar a pluralidade, para não romper a ideia de uma representação direta da soberania popular²⁸. Este [elemento] preliminar na entrada do espaço mental rousseauiano no pensamento de Robespierre é essencial, pois ele permite identificar melhor toda a particularidade da experiência republicana francesa, que rompe com as repúblicas clássicas tais como aquelas que existem na Europa no final do século XVIII, mas sobretudo rompe com toda a filiação com o modelo emergente da República americana, contemporânea da Revolução francesa²⁹. Os americanos construíram um modelo republicano que separa de modo hermético a sociedade das

²⁶ Claude MAZAURIC, *Rousseau à 20 ans, un impétueux désir de liberté*, Vauvert, ed. Au Diable Vauvert, 2011.

²⁷ Em Jean-Jacques ROUSSEAU, *Discours sur l'origine et les fondements de l'inégalité parmi les hommes*, 1753 réed. Idées/Gallimard, 1965, p. 46-60, o filósofo desenvolve desde o início da primeira parte da obra uma visão pessimista e oportunista acerca do homem apresentado como animal mais fraco e ao mesmo tempo sendo o único livre, e portanto capaz de copiar todos os outros animais e assim dominá-los.

²⁸ Maximilien ROBESPIERRE, Robespierre OC, « Rapport sur les principes du gouvernement révolutionnaire fait au nom du Comité de Salut Public », le 5 nivôse an II (25 décembre 1793), tome X, p. 273-281.

²⁹ Gordon WOOD, *La création de la république américaine*, Paris, Belin, 1969 (réed. 1989) ; Bruce ACKERMAN, *Au nom du peuple, les fondements de la démocratie américaine*, Paris, Calmann-Lévy, 1998, traduzido por Jean-Fabien Spitz.

instituições políticas, as duas esferas devendo se proteger uma da outra e não funcionando segundo os mesmos imperativos. A sociedade deve se defender da tendência do Estado de invadir as suas liberdades, e o poder deve se defender da corrupção constitutiva das relações de forças no mundo económico. Pelo contrário, Robespierre pensa com Rousseau a unidade rígida, indivisível, do facto republicano como tradução social e institucional da construção fundida entre a sociedade dos cidadãos republicanos e o mundo da representação e do funcionamento dos poderes soberanos. Perante a ideia de unidade indivisível da república partilhada, Robespierre reconstrói uma figura do cidadão que reinventa um Jean-Jacques ideal ou que o vê, ele mesmo, figurar um novo Rousseau.

4. AS CINCO FIGURAS DE ROUSSEAU CONVOCADAS POR ROBESPIERRE

Pelo menos cinco figuras são convocadas por Robespierre, em intervalo regular, quer ele as mostrando como exemplos a seguir, quer ele as projetando e identificando com isso que o inspira.

Para começar, o homem sensível e perseguido, prestes a sofrer mil mortes em nome da vida de todos. Esta figura aparece desde a redação dos *Mânes* e será repetida até à véspera da sua morte no discurso do 8 Thermidor diante da Convenção decidida a acabar com ele³⁰. A projeção realiza-se não apenas sobre os temas políticos, mas também sobre a existência mesma dos dois homens sacrificando-se à causa do povo. Assim, a 11 de maio de 1791, no seu discurso à sociedade dos amigos da Constituição, sobre a liberdade de imprensa, ele evoca as perseguições que teve que suportar “o eloquente e virtuoso filósofo de Genebra [...] Ele está morto; uma grande revolução deixava, para pelo menos por alguns momentos respirar a verdade, vós concedestes-lhes uma estátua; vós havíeis honrado e socorrido a sua viúva em nome da pátria³¹.” Robespierre lembra que a morosidade e a exageração lhe foram prestadas de acordo com as circunstâncias, e que mesmo ele não poderia fazer de outra forma³².

³⁰ Maximilien ROBESPIERRE, *Robespierre OC*, op. cit., volume I, *Mânes*, p. ? ? ? ? ; Maximilien ROBESPIERRE, *Robespierre OC*, volume X, « Séance du 8 thermidor an II », p. 542-576 ; sobre este tema ver Peter MCPHE, *Robespierre, a revolutionary life*, Yale, Yale University Press, 2013.

³¹ Maximilien ROBESPIERRE, *Robespierre OC*, op. cit., volume VII, « Discours sur la liberté de la presse, prononcé à la Société des Amis de la Constitution », p. 320-334.

³² *Ibid.*, p. 324

A segunda figura, aquela do patriota moderno resistindo à opressão do despotismo no tempo do Antigo Regime. A cidadania cria um círculo no qual é preciso defender a integridade, sem procurar agredir quem quer que estivesse no exterior. A oposição à guerra (como Robespierre desenvolve em 1791) traduz-se por uma severidade real para quem quer que coloque em perigo o equilíbrio interno da cidade. Tal como Rousseau no livro II *Do Contrato Social*, capítulo V, que desenvolve a ideia de que todo malfeitor atacando o direito social torna-se rebelde contra a pátria, deixa de ser membro dela, faz-lhe a guerra e, por isso, pode ser punido com a morte, Robespierre explica a 19 de Abril de 1793, no momento em que as primeiras medidas de saúde pública haviam sido tomadas, que a pena de morte que ele havia combatido na primavera de 1791 poderia ser aplicada, caso o Estado (e não a ordem civil protegida pelo direito penal) fosse ameaçado. A pena de morte é, nos dois casos, uma resposta política a um ataque político, e de modo algum um instrumento do direito penal. Ela supõe claramente, quer para Rousseau, quer para Robespierre, um estado de exceção temporário³³.

Há de seguida uma terceira faceta do personagem que aparece com o processo revolucionário em curso: o simples cidadão virtuoso, preocupado em defender as suas liberdades. Robespierre pede como prova de cidadania de cada um nada mais do que o poder participar nas assembleias primárias, jogada política crucial já que no verão de 1791 se dá a nova discussão sobre o famoso marco de dinheiro necessário para tornar-se deputado. Preocupado em justificar o seu discurso de 11 de Agosto, discurso sobre a abolição da cidadania passiva através de um exemplo forte, Robespierre declara: “Qual seria a garantia de Rousseau? Não lhe fora possível ter acesso numa assembleia eleitoral. No entanto, ele esclareceu a humanidade e a sua genialidade poderosa e virtuosa prepararam os vossos trabalhos. De acordo com os princípios do Comité, deveríamos corar por ter elevado os estatutos a um homem que não pagava um marco de dinheiro³⁴.”

Em quarta posição, a figura do legislador, respeitoso da nação e a crença no seu poder demiúrgico, liga os dois homens. O homem da lei, que propõe, discute, redige e vota o texto que funda a legalidade é o inventor de uma república moderna, obreiro da constituição. Este acordo profundo é apresentado durante a primavera de 1793, enquanto se dá a batalha política entre girondinos e montanheses, em torno da redação do texto

³³ Maximilien ROBESPIERRE, *Robespierre OC, op. cit.*, volume IX, *Le Logotachigraphe*, nº 111, « Sur la liberté de la presse », 19 avril 1793, p. 452.

³⁴ Maximilien ROBESPIERRE, *Robespierre OC, op. cit.*, volume VII, Discours du 11 aout 1791, « Discussion sur le projet de constitution. Sur le Marc d'argent et sur le cens électoral », *Compte- rendu du Journal des Etats Généraux*, t. XXXI, p. 621.

fundador da Primeira República. Robespierre, num longo discurso à Convenção, a 10 de Maio de 1793, de maneira habilidosa, relembra a necessidade de construir um poder político, livre de deputados longe do povo, mas preocupados em promover representantes próximos de seus comitentes, aproximando-se o mais possível dos princípios d' *o Contrato Social*³⁵.

Uma quinta figura da cidadania os aproxima. Para ambos, o legislador deve fundar uma religião civil, um novo culto cívico, fundado na virtude, na fraternidade e na crença da imortalidade da alma e no Ser Supremo, o que tenta desesperadamente Robespierre durante a primavera de 1794. Ainda no 8 de Thermidor, no seu último discurso, Robespierre volta ao tema do culto cívico como uma longa lembrança da quarta parte do Contrato social, lembrando o estabelecimento de um culto cívico fundado sobre a imortalidade da alma e a crença no Ser supremo, exemplificando a festa como auge da sua experiência republicana³⁶.

Por fim, [Robespierre] não seria totalmente imitador de Rousseau se não reconhecesse as dificuldades, porventura até o trabalho impossível de que ele se propusera realizar, dirigindo-se desta vez diretamente ao povo, pensando na virtude, na liberdade, na igualdade e na pátria, os quatro cumes da figura geométrica da República. As últimas semanas de existência de Robespierre constituem, não uma tomada de distância em relação ao real, mas uma análise enganosa do esforço de fundar uma nova República³⁷. Três pontos tipicamente rousseauianos são postos em destaque numa última confissão, a propósito do seu último discurso, antes de ser colocado fora da lei: 1) a regeneração moral está, apesar de tudo, falhando, e ele vem a duvidar acerca da possibilidade de construir uma república virtuosa, deparando-se em última análise com a mesma dificuldade que Rousseau, convencido da quase impossibilidade de mudar a natureza dos homens³⁸; 2) De seguida, [e este] é um elemento pouco notado dos exegetas

³⁵ Maximilien ROBESPIERRE, *Robespierre OC, op. cit.*, volume IX, p. 495-510. Discurso de 10 de maio 1793, « Sur la Constitution », distribuído por *Le Journal Universel* entre os dias 13 e 22 de maio, p. 4 713 et 4 791, com ideias de Robespierre sendo desenvolvidas no capítulo XV *Do contrato social* : « La souveraineté ne peut être représentée, par la même raison qu'elle ne peut être aliénée, elle consiste essentiellement dans la volonté générale, et la volonté ne se représente point » ; Cap. XV « Des députés ou représentants », p. 133-136. Agradeço a Thomas Lucas, estudante do IHRF, de me ter chamado a atenção para esta ocorrência.

³⁶ Maximilien ROBESPIERRE, *Robespierre OC, op. cit.*, volume X, sessão do 8 thermidor ano II (26 julho 1794), « Contre les factions nouvelles et les députés corrompus » p. 542-593 et plus particulièrement l'évocation du souvenir ému de la fête de l'Être Suprême comme moment le plus fort de la courte existence de la république Française, p. 561-566.

³⁷ Jean-Philippe DOMEQ, *Robespierre, derniers temps*, Paris Seuil, 1984.

³⁸ Maximilien ROBESPIERRE, *Robespierre OC, op. cit.*, volume X, op. cit., p. 566.

dos dois homens, ele constata subitamente a dificuldade de realizar uma “imensa república”, indivisível, unindo sem dizê-lo, a convicção de Rousseau de que o tamanho geográfico tem consequências diretas sobre a essência do regime a instaurar; 3) enfim, o último traço de lucidez, ele aponta como principal perigo para a república a vir, mais do que a corrupção inerente das elites, o risco do “despotismo militar”, ameaçando a República, exatamente porque ele é vitoriosa sobre os seus inimigos³⁹.

Poderíamos terminar aqui e concluir dizendo que o robespierrismo resumido desta forma nada mais é do que a tradução em ato de um rousseunismo deixado na condição de projeto. As inúmeras referências a Rousseau, o respeito, a admiração, a devoção e a confiança nos seus escritos, reivindicados e apresentados pelo “incorrupível” fazem com que, apesar da presença de Rousseau no debate político geral, seja Robespierre quem melhor soube construir uma filiação política entre o seu projeto republicano e o pensamento filosófico do genebrês⁴⁰. No entanto, não podemos reduzir Robespierre a uma fascinação sem retrospectiva, a um acompanhamento sem uma tomada de distância em relação ao seu mentor. Robespierre, em alguns pontos cruciais, rompe com o rousseunismo livresco, começando pela definição estrita da soberania democrática, depois sobre a economia política, que coloca na frente da cena social o pobre. Olhando de modo superficial, poder-se-ia sonhar com uma radicalização do pensamento rousseuniano sempre sensível ao sofrimento do próximo e à compaixão do fraco. Mas é mais do que isso: é uma ruptura com o modelo rousseunista para refundar a república a partir do pobre, centro da sociedade, e não a partir da virtude que inspira o pobre.

5. ROBESPIERRE, OU A RADICALIDADE REPUBLICANA DE UMA LEITURA ULTRAPASSADA DE ROUSSEAU

Robespierre é uma personagem complexa que não poderia reduzir-se ao modo que os seus advogados o propõem; um homem habituado a um ideal de uma república austera e virtuosa, tomado pela tormenta onde os cínicos o marginalizam, ou então à maneira como os seus detratores o retratam, sob os traços de um homem habitado pela rigidez de

³⁹ *Ibid.*, p. 566-572.

⁴⁰ Ele não foi o único, longe disso, e a leitura dos princípios republicanos de Billaud-Varenne abre novas perspectivas de pesquisa sobre as ramificações do republicanismo de Rousseau. Ver Jacques-Nicolas BILLAUD-VARENNE (Prefácio de Michel Vovelle), *Principes régénérateurs du système social*, Paris, Publications de la Sorbonne, 1995, Introdução e notas por Françoise Brunel.

seus princípios, fazendo-o assumir violências homicidas. Mais do que isso o homem é como um Maquiavel moderno e republicano, constituído de dois hábitos, o primeiro, do homem do Estado, compreendendo os imperativos da governança, e o outro, de um pensador do político, tendo uma concepção precisa da República que ele quer propor. Entre os dois polos situa-se a ação do político e a urgência de um país em guerra e em revolta aberta contra o poder, um país abandonado a uma guerra civil feroz. Robespierre está perfeitamente consciente deste aspecto binário que, arriscando impor sobre a sua obra uma visão bipolar, a fragiliza no momento de prestar conta de seus desvios, entre um ideal utópico e a realidade do terror⁴¹. A 17 Pluviôse, ano II (5 de fevereiro de 1794), Robespierre pronuncia um dos seus mais belos discursos “sobre os princípios da moral política que devem guiar a Convenção nacional na administração interior da República”, e afirma com lucidez: “é preciso convir que nós fomos guiados, em circunstâncias turbulentas, pelo amor do bem e pelos sentimentos das necessidades da Pátria, mais do que por uma teoria exata e regras precisas de conduta, que nós mesmos não tivemos o tempo de traçar⁴².” No entanto, alguns minutos mais tarde, ele sublinha de seguida essa plasticidade face às circunstâncias para dar um sentido a toda a sua política: depois de ter declamado o programa de todas as virtudes que o republicano deve apreciar, a probidade, os princípios, os deveres, a razão, o desprezo pelo vício, a grandeza da alma, o amor da glória, o génio, a verdade, o charme da felicidade, a grandeza do homem, o povo magnânime, as distinções que nascem apenas da igualdade, Robespierre concluir “nós desejamos, numa palavra, preencher os votos da natureza, realizar os destinos da humanidade, *concretizar as promessas da filosofia*.⁴³”

Com efeito, no momento de ilustrar o que são as promessas da filosofia, Robespierre explica que se trata de construir o:

[...] único governo democrático ou republicano: estas duas palavras são sinónimas, apesar dos abusos da linguagem vulgar; pois a aristocracia não é mais república que a monarquia. A democracia não é um estado onde um povo, continuamente reunido, governa por si mesmo todos os assuntos públicos... A democracia é um estado onde o povo soberano,

⁴¹ Desvio que fez, faz e fará as delícias de todos os historiados críticos, apontando encontrando na política de sobrevivência da República agredida por todos os lados, em 1793 e 1794, as origens dos totalitarismos contemporâneos. Esta literatura é quase tao abundante como aquela dos adutores de Rousseau e Robespierre. Citamos

Jean ARTARIT, *Robespierre ou l'impossible filiation*, Paris, La Table ronde, 2003 ; Laurent DINGLI, *Robespierre*, Paris, Flammarion, 2004, Col. « Grandes biographies ».

⁴² Maximilien ROBESPIERRE, *Robespierre OC, op. cit.*, volume X, 17 pluviôse ano II, « Sur les principes de morale politique qui doivent guider la Convention nationale », p. 351.

⁴³ *Ibid.* p. 352, nosso destaque.

guiado pelas leis que são sua própria obra, faz por si mesmo tudo o que ele pode bem fazer e [faz] por delegados tudo o que ele não pode fazer ele mesmo.⁴⁴

Robespierre acaba de fazer uma dupla transgressão em relação ao texto *Do Contrato Social*, ao mesmo tempo realizando o objetivo final do texto de 1762 como nenhum outro Convencional teria sido capaz de o fazer antes. Primeiro, Robespierre força as categorias políticas até então estabelecidas, criando de facto a sinonímia entre “República” e “democracia” (debate que dividia os deputados desde o início da Revolução entre os herdeiros de Rousseau, utilizando a metáfora da democracia pura, e os partidários de Sieyès lutando pelas prerrogativas da sacralidade da representação, liberada de qualquer mandato imperativo). Robespierre vem propor a saída do dilema que paralisava a República ou a democracia, inventando, apesar de não o formular exatamente, o paradigma funcional da modernidade política, a saber, a democracia representativa. Não é ele que inventa o termo que será muito mais utilizado no período pós-termidoriano⁴⁵. Mas é Robespierre que permite sair do impasse rousseauiano, tornando impossível o contrato social para qualquer entidade maior que a de Genebra. Robespierre está bem consciente da fragilidade da proposição teórica de Rousseau, num mundo de repúblicas modernas que começam a construir-se, não o esqueçamos, na escala de países-continentes, como os Estados Unidos ou mesmo neste gigante demográfico que é a França do final do século XVIII⁴⁶ (negligencia-se muitas vezes este dado geopolítico, essencial para testar o texto de Rousseau à luz do real). Somente a ligação fusional da República como sistema de valores e de virtudes, lembrados e saciados, com a democracia enquanto dimensão técnica do funcionamento institucional (o que não é estritamente evidente nesta época, ainda mais esta sendo marcada pelo pensamento de um Montesquieu, por exemplo) permite garantir um conjunto de liberdades políticas defendidas no Contrato social, construindo uma igualdade civil e política de facto.⁴⁷ O

⁴⁴ *Ibid.*, p. 353.

⁴⁵ Ver Pierre SERNA, *Antonelle Aristocrate révolutionnaire, 1747-1817*, Paris, Le Félin, 1997, « la démocratie comme opposition entre espace secret et espace public » p. 241-264.

⁴⁶ Certamente Quentin Skinner e Philip Petit contribuíram grandemente para uma melhor compreensão do que é a guinada hermenêutica que permite compreender a ruptura do fim do século XVIII e a invenção das repúblicas modernas superando as repúblicas antigas, colocando as bases do novo conflito nascido do modelo econômico do liberalismo em competição com a república social, enquanto traço da conflituosidade da era contemporânea: Quentin SKINNER (trad. Muriel Zagha), *La liberté avant le libéralisme*, Paris, Seuil, 2000; Philip PETIT, *Républicanisme. Une théorie de la liberté et du gouvernement*, Paris, Gallimard, 2004.

⁴⁷ Aqui se encontra o trabalho do historiador de Rousseau e Robespierre, na desconstrução daquilo que tomamos por evidente hoje, a ligação entre República e democracia que é a sustentação política da Convenção montanhesa. Ver Pierre SERNA, « Est-ce ainsi que naît une république ? », dans Claudia

que Rousseau não podia imaginar, a saber, as condições dramáticas do nascimento da República se impõem a Robespierre.

O segundo ponto da demonstração que visa mostrar a cumplicidade de Robespierre com Rousseau na própria transgressão dos princípios deste último e de sua radicalização pelo “incorrupível”, à prova de fogo, diz respeito à dimensão social da edificação desta república democrática. Aqui devemos nos referir ao artigo importante que Jean-Fabien Spitz⁴⁸ redigiu sobre “Rousseau e a tradução revolucionária francesa: um enigma para os republicanos.” A ideia principal do artigo repousa sobre os imperativos sociais que determinam a possibilidade de expressão política da soberania nacional. Para que a igualdade funcione com a liberdade, não pode haver disjunção total entre os dois polos que são os direitos civis e a sociedade, enquanto espaço de relações de forças no que diz respeito aos meios e à propriedade de produção, disjunção completamente realizada na sociedade americana, por exemplo, contemporânea dos eventos revolucionários⁴⁹. Somente uma relação razoável entre desigualdades de riquezas torna possível o funcionamento do contrato social, para além da qual a liberdade nada mais é do que o engodo de um liberalismo selvagem fundado sobre a exploração do trabalho, e a submissão dos mais despossuídos no momento. Jean-Fabien Spitz cita então esta parte do *Contrato Social*:

No que diz respeito à igualdade, não se deve entender por esta palavra que os graus de poder e riqueza sejam absolutamente os mesmos, mas que quanto ao poder ele esteja abaixo de toda a violência e não se exerça mais, a não ser em virtude da posição e das leis, e quanto à riqueza, que nenhum cidadão não seja tão opulento que possa comprar um outro, e nenhum tão pobre que tenha que se vender.⁵⁰

A ideia rousseauiana exprime-se, assim, através de uma sociedade onde as desigualdades sociais reduzidas acabam por construir uma comunidade entre pessoas que possuem, todas elas, fortunas relativamente medíocres, já que a repartição das riquezas promoveu este igualitarismo e criou uma identidade partilhada e de aspirações sociais comuns. Rousseau nada mais tem a não ser desprezo pela ostentação da riqueza, mas

MOATTI, Michèle RIOT-SARCEY, *La république dans tous ces Etats, pour une histoire intellectuelle de la république en Europe*, Paris, Payot, 2009, p. 23-56. Sobre a aprendizagem democrática progressiva da igualdade ver Melvin EDELSTEIN, *La Révolution française et la naissance de la démocratie électorale*, Rennes, Pur, 2014.

⁴⁸ Jean-Fabien SPITZ, « Rousseau et la tradition révolutionnaire française : une énigme pour les républicains », *Les études philosophiques*, n° 83, 2007, p. 445-461.

⁴⁹ Ver Pierre SERNA, « La société des égaux : d'accord mais laquelle ? Lecture de l'ouvrage de Pierre Rosanvallon *La société des égaux*, Paris, Seuil, 2011 », *AHRF*, n° 368, 2012, p. 137-153.

⁵⁰ Jean-Jacques ROUSSEAU, *Do contrato social...*, op. cit., I, 9, p. 62, ver também II, 11, p. 91

desconfia intrinsecamente dos pobres, já que observa como a miséria os corrompe e os torna inaptos para a integração dos deveres morais do *Contrato Social*⁵¹. Sobre este aspecto, Robespierre rompe, sem o formalizar, com Rousseau e com uma parte dos montanheses, tornando mais complexa a leitura social do programa de Robespierre, rapidamente caricaturada pelos historiadores ortodoxos da Revolução francesa, sob a figura do pequeno burguês montanhês defendendo a sacralidade da pequena propriedade, não tendo, no fundo, jamais rompido com os fundamentos liberais da sociedade engendrada pela revolução, dita burguesa⁵². Certamente é preciso reexaminar este juízo, não para contradizer os propósitos do “incorruptível”, preocupado com a sacralização da propriedade dos artesãos modestos e lutando contra toda a forma de lei agrária ou de pré-comunismo. Isto é um dado adquirido. Desde que seja permitido mover o cursor e não mais considerar a posição de Robespierre segundo um debate abstrato e conceptual acerca da boa medida de desigualdade entre a renda do pobre e a do rico, na raiz de uma cidade utópica e republicana, harmoniosamente reconciliada em torno de interesses superiores da pátria, apelando a que os ricos se contenham e os pobres aceitem sua condição. Cada um tem o direito de sonhar, mas Robespierre não é um sonhador. Que lhe seja permitido também, para não cair na armadilha da invenção de um Robespierre comunista sem o saber, de deslocar paralelamente o cursor do campo económico para o campo da economia política e de sua aplicação cívica. Já não é impossível, nas condições históricas nas quais Robespierre se encontra, compreender que um dos objetivos que o inspira se encontra numa política moral que reconstrói a república a partir do ser social do pobre, e não a partir da consciência de uma desigualdade a ser reduzida entre as fortunas, como condições de aceitação do campo social e da sua violência. É preciso por isso prestar homenagem a Robespierre, de forma a mostrar a sua audácia autêntica relativamente ao filósofo que o inspira, e valorizar a proposição iconoclasta que ele propõe no contexto histórico e bem real da pobreza, como flagelo social gerador e estigmatizante, que ataca mais de 15% da população total do país, e deixa à margem da miséria aproximadamente

⁵¹ Sobre o pobre que esteja em situação de escravo, ou do mercenário, nos dois casos servis ou comprados, ver *Do Contrato Social*, IV, 4, « Des Comices romains », p. 155. Em compensação, sobre a ideia de que ser livre significa não depender de ninguém e por isso encontrar-se imune a corrupção ver IV ,2 « Des suffrages », p. 147.

⁵² Ver Albert SOBOUL, « Jean-Jacques Rousseau et le jacobinisme », em Albert Soboul, *Paysans, Sans-Culottes et jacobins*, Paris, Librairie Clavreuil, 1966. A ideia de Albert Soboul é que nem Rousseau nem os jacobinos souberam realizar uma “análise eficaz das realidades sociais do tempo”, p. 271. Robespierre estaria mais próximo de uma visão privilegiando a pequena propriedade, como fundamento da sociedade. Não partilhamos desta opinião: Robespierre afasta-se de Rousseau colocando o problema da pobreza no centro da reconstrução social, e afirma a sua postura revolucionária na ideia de que a política deve agir sobre as próprias condições de recomposição da organização económica.

metade dos parisienses⁵³. Robespierre não pode reverter o equilíbrio frágil [existente] no seio da Convenção entre os deputados da Planície e daqueles da Montanha, sob o risco de prolongar consideravelmente guerra civil e abrir uma nova frente. É preciso tentar decifrar a sua audácia e tentar apreender o seu pensamento profundo. Assim, permanecer no nível da denúncia do rico, entendido como corruptor do social e figura perigosa para a república, é aceitar a ilusão da retórica política e do argumento político para que o real mude. No inverno de 1793-1794 os ricos tornam-se mais discretos (claro que eles existem) e sabem bem que os comités de vigilância se encontram em estado de vigilância permanente contra os acumuladores de todos os tipos. A desconfiança é a ordem do dia nas secções populares. O problema real não se encontra apenas (na relação) entre os ricos e os menos ricos, mas sim entre os modestos e os muito pobres, e Robespierre sabe-lo bem. O verdadeiro perigo que ameaça a república democrática não é tanto o inimigo designado e facilmente reconhecível, o plutocrata, mas sim o desafortunado infeliz que, apesar de tudo, corre o risco de cair no outro campo, a saber, no campo da contra-revolução⁵⁴. Este miserável ameaça frear toda a reforma política devido à sua incapacidade de se integrar no jogo político, devido à falta dos bens mais necessários à sua sobrevivência. Uma parte dos deputados que segue Robespierre (longe de constituir a maioria dos montanheses) compreende a situação social da França de 1793, diante da crise endémica gravíssima desde o início dos anos 1780, sem que as medidas tomadas pelas Assembleias revolucionárias consigam restabelecer a confiança. A França permanece numa situação de fragilidade económica que a guerra, arrastando-se desde 1792 e reivindicando todos os sacrifícios, não cessa de agravar de modo dramático. Esta massa de pobres torna momentaneamente impossível à construção de uma sociedade onde as fortunas médias seriam o apanágio da quase totalidade do corpo social. É preciso romper com este imperativo rousseauiano e ir ainda mais longe, contornando o problema real colocado pelo destaque dos mais desprovidos, sob o risco de inquietar as massas de artesãos e de trabalhadores modestos que podem se sentir ameaçados por aqueles ainda mais modestos que eles. Robespierre coloca diante de todos os cidadãos, a 11 de Agosto de 1791, o seu discurso sobre a necessidade de revogar o decreto do marco do dinheiro. Ele volta ainda a este tema em abril de 1793 quando se discutem os grandes princípios da

⁵³ Ferdinand DREYFUS, *L'assistance sous la Législative et la Convention (1791-1795)*, Paris, Société nouvelle de librairie et d'édition, 1905.

⁵⁴ Num outro cenário, podemos pensar nas revoltas contra a Revolução de populações modestas. Ver Roger DUPUIS, *La Politique du peuple. Racines, permanences et ambiguïté du populisme*, Paris, Albin Michel, 2002

Constituição. “Trata-se mais de tornar a pobreza honrável do que proscriver a opulência⁵⁵.” É preciso ler esta frase de modo literal e não na perspectiva teleológica de Albert Soboul e da sua grelha conceptual de análise. Robespierre é um homem como todos os seus contemporâneos que sabe o peso da honra e da distinção no sistema de valores do Antigo Regime que se busca de destruir. Como fim político, ele utiliza esse termo de honra de forma ampla, noção chave e muito pouco estudada por historiadores do fato republicano em nome do igualitarismo da democracia em marcha. Ao colocar a honra na pobreza do maior número, Robespierre posiciona-se no extremo da ideia revolucionária da transformação social e política⁵⁶.

Robespierre compreende que é preciso deslocar a questão económica e transformá-la em desafio moral, derrubando todas as representações enraizadas nos espíritos, grandemente marcados em França pelo esquema fisiocrático, sob todas as suas formas, fazendo do proprietário e da sua propriedade as bases intangíveis de toda a ordem social bem pensada. Para isso, é preciso tornar a pobreza digna, é preciso tornar a pobreza honrável para deixar de estigmatizá-la, para deixar de considerá-la como um vício. É preciso, mesmo contra a opinião pública, mesmo contra o pensamento dominante da vulgata fisiocrática que fazia do pobre o inimigo social por excelência, atrás de Rousseau e de sua aversão, (é preciso) imaginar, conceber e começar a edificar uma sociedade onde mais do que a modéstia das fortunas, a construção política começa, num primeiro momento, por devolver o lugar de cada um, começando pelos mais frágeis socialmente. De seguida, um agir comum, valores partilhados, um patriotismo e um senso de benfeitoria (isto é, a solidariedade social em atos e codificada pela lei), constituem assim, com a República e a democracia, o terceiro fundamento da política desejada por Robespierre. A República não se constrói sobre o mito do pequeno proprietário de seu bem, mas sim sobre a realidade do pobre que nada tem a não ser o valor do seu trabalho, podendo frutificá-lo. Não é mais o bem imobiliário, mas sim o valor do trabalho, que cria a escala de apreciação de cada um, refundando a ideia de virtude, não como consequência da poupança transformada em bem, mas como resultado de um voluntarismo repetido no labor quotidiano sem esperança de o capitalizar⁵⁷.

⁵⁵ Maximilien ROBESPIERRE, *Robespierre OC, op. cit.*, volume IX, « Discours sur la nouvelle déclaration des droits », 24 abril 1793, p. 459.

⁵⁶ Hervé DRÉVILLON, Diego VENTURINO (dir.), *Penser et Vivre l'honneur à l'époque moderne*, Rennes, PUR, 2011.

⁵⁷ Ver Blaise BACHOFEN, *La condition de la liberté. Rousseau, critique des raisons politiques*, Paris, Payot, 2002, coleção Crítica da Política.

De fato, Rousseau não estava tao distante de partilhar com a maioria de seus contemporâneos e mais especificamente, os fisiocratas muito influentes e difundidos, a ideia de que a autonomia politica da pessoa estava explicitamente ligada ao nível de independência econômica, e que uma pessoa independente era mais capaz de expressar um juízo livre.⁵⁸ A aceitação deste axioma pela esmagadora maioria dos atores da Revolução explica, entre outras coisas, o censo e a politica de sacralização da propriedade de todas as assembleias... E que parece partilhar Robespierre fulminando contra a lei agrária e os “ultra-revolucionários⁵⁹”. No entanto, o “incorrupível” afasta-se desta ideia, ele que conhece bem a realidade social da França no momento em que fala. Pelo menos entre 15 a 20% dos franceses vivem na indigência, numa privação extrema, sendo socorridos diariamente pela generosidade dos municípios onde as finanças são mais abonadas ao longo do tempo. O problema de Robespierre, homem de Estado, reside na construção da cidade republicana e democrática dando lugar a pobreza como fenômeno sociológico pesado, impossível de resolver no imediato, sendo preocupação permanente do governo⁶⁰.

Esta pobreza deve ser colocada, com toda a consciência, no coração dos valores da cidade. É um marcador político assumido por Robespierre na descrição das qualidades cidadãs que todos devem integrar e partilhar, compreender, ver celebrar, como por exemplo bem mostra a festa da infelicidade (*la fête du Malheur*), decretada a 18 Flóreal⁶¹. Robespierre não pode inverter a ordem social e ele sabe-o. Ele pode, no entanto, tentar transformar os objetos da distinção cidadã, colocando a pobreza no primeiro lugar dos valores ativos. Sendo passivo, o desnudamento torna-se o primeiro estado de ação cidadã. Em varias ocasiões Robespierre volta a questão da “pobreza honrável”, devendo esta ser compreendida de forma literal. No cume da crise que ameaça a República a 5 Nivose ano II (25 dezembro de 1793) a beira do abismo, Robespierre lê na tribuna o seu grande discurso “Sobre os princípios do governo revolucionário⁶²”. Aí ele afirma que a República só tem virtudes. “As virtudes são simples, modestas, pobres, muitas vezes

⁵⁸ *Des administrations provinciales, Mémoires présenté au Roi par feu M Turgot*, Paris Volland, 1789.

⁵⁹ Robespierre partilha a opinião da Convenção votando a 18 de março de 1793 a pena de morte contra todos os defensores da lei agraria, e repete a 24 de abril seguinte que a igualdade dos bens é uma quimera, denunciando os “ultra-revolucionários” como irresponsáveis que arriscam conduzir ao fracasso a revolução, em dois grandes discursos de 25 de dezembro de 1793 e 8 de janeiro de 1794.

⁶⁰ Jean IMBERT, *La protection sociale sous la Révolution française*, Paris, 1990.

⁶¹ Maximilien ROBESPIERRE, *Robespierre OC*, *op. cit.*, « Sur les rapports des idées religieuses et morales avec les principes républicains », volume X, 18 floréal ano II, (7 maio 1794). p. 459-464.

⁶² Maximilien ROBESPIERRE, *Robespierre OC*, *op. cit.*, volume X, « Rapport sur les principes du gouvernement révolutionnaire, fait au nom du comité de Salut Public », p. 273.

ignorantes, por vezes grosseiras; elas são o apanágio dos infelizes e o patrimônio do povo⁶³.” Esta mesma constatação havia feito a 11 de Agosto de 1791 enquanto, defendendo o sufrágio universal masculino, pedia que “todo o cidadão francês seja admissível a todos os empregos, sem distinção a não ser aquela das virtudes e dos talentos⁶⁴.” Insistimos em várias ocasiões na defesa feita por Robespierre dos proprietários mediantemente afortunados, tomando por exemplo o seu carpinteiro, o famoso Duplay, figura emblemática da *sans-culotterie* parisiense, tendo Albert Soboul mostrado a que ponto ele não poderia ser considerado como simples artesão mas sim como mestre-artesão vivendo de rendas, juntando-as as rendas de seu atelier⁶⁵. Uma outra leitura atenta do “inocorrível” mostra uma outra preocupação de democratização ainda maior do círculo cidadão pela integração dos mais despossuídos sem esquecer nenhum. Desde o dia 23 de junho de 1790, sobre a questão importante da caridade pública ligada as missões do clero, agora devolvidas ao Estado, Robespierre desvela seu pensamento. “Qual é a generosidade que convém a uma nação, grande ou pequena, e a seus representantes? Ela abarca sem duvida a universalidade dos cidadãos; ela tem por objeto a porção mais numerosa e mais desafortunada da sociedade... para mim, reivindico, a favor desta multidão inumerável de nossos co-cidadãos que gemem na indigência⁶⁶.” Em 1792, enquanto as tensões sociais se exacerbavam por causa da crise que se abatia sobre os meios de subsistência, Robespierre defende os mais desprovidos, e volta a esta dimensão essencial para os integrar no povo “sem excluir a porção mais numerosa, a mais desafortunada, e a mais pura da sociedade⁶⁷.” Robespierre conhece os trabalhos do comité da mendicidade e a organização do socorro público para tentar vir em auxílio dos pobres na capital e na República⁶⁸. A 23 de janeiro de 1793 Robespierre retorna e defende “a causa da igualdade e da indigência honorável” evocando a memória de Lepeletier, ao

⁶³ *Ibid.* p. 278.

⁶⁴ Maximilien ROBESPIERRE, *Robespierre OC, op. cit.*, volume VII *journal des Etats généraux ou journal logographique* » volume XXXI, sessão do 11 agosto 1791. « Discussion sur le marc d'argent et sur le cens électoral », *op. cit.*, p. 619.

⁶⁵ Albert SOBOUL, *Les Sans Culottes*, Paris, Seuil, 1968, « De l'égalité des jouissances » à la limitation du droit de propriété », p. 64-74.

⁶⁶ Maximilien ROBESPIERRE, *Robespierre OC, op. cit.*, volume VI, sessão do 23 junho 1790 « Discours sur le traitement des évêques », p. 419 ; Maximilien ROBESPIERRE, *Mercure National*, volume II, n° 12, p. 805.

⁶⁷ Maximilien ROBESPIERRE, *Robespierre OC, op. cit.*, volume IX, p. 116 ; Maximilien ROBESPIERRE, *Le Moniteur*, tome XIV, sessão do 2 dezembro 1792, « Opinion sur les subsistances » ; Maximilien ROBESPIERRE, *Robespierre OC, op. cit.*, volume IX, *Lettre à ses commettants*, n° 12 p. 553-571 ; Maximilien ROBESPIERRE, *Robespierre OC, op. cit.*, volume IX, sessão do 28 dezembro 1792 « Sur l'appel au peuple dans le jugement de Louis XVI », p. 193.

⁶⁸ Camille BLOCH, *Procès-verbaux et rapports du Comité de mendicité de la Constituante*, Paris, Imprimerie Nationale 1911, (4 Volumes).

serviço da humanidade sofredora, dos indigentes e dos infelizes⁶⁹. Aceitar a pobreza, agora não mais como flagelo mas como uma situação social que é preciso remediar, não erradicando-a mas polindo os marcadores mais cruéis, dobrando-se aos imperativos de uma simplicidade republicana, constitui uma audácia de primeira ordem por parte de Robespierre. No discurso de 17 Pluviôse ano II (5 de fevereiro de 1794) Robespierre diz claramente: “O rigor dos tiranos só tem por principio o rigor, aquele do governo parte da beneficência⁷⁰.” A palavra é de grande importância já que o Estado republicano se vê endossado de uma missão soberana essencial, construir uma política de proteção social que, através das ajudas a todas as categorias desfavorecidas da população e bem identificadas graças aos inquéritos conduzidos no comitê de socorro público, devem entregar, aos mais frágeis do público estigmatizado, apoios pelas administrações e reconduzidos progressivamente ao trabalho. Esta política não é apenas discurso. Através da grande lei de beneficência discutida e votada a 28 de junho de 1793, a Convenção inventou as alocações familiares, a política das pensões, as casas maternais onde as jovens mulheres grávidas e miseráveis podem dar a luz, amamentar e começar a trabalhar, codificou a ajuda a domicílio dando por missão tornar os pobres honráveis⁷¹. Robespierre não se distancia mais desta ideia: uma república honrável não é tanto aquela que favorece as fortunas medíocres, evitando grandes desigualdades, fato com o qual Robespierre concorda, mas uma república democrática integra sobretudo os cidadãos mais pobres, sem condição, colocando-os no mesmo nível que todos os outros. É neste sentido que se deve ler os decretos de 8 e 13 ventose ano II (26 de fevereiro e 3 de março de 1794) propostos por Saint-Just, prevendo a partilha de bens dos emigrados, exclusivamente reservados aos pais de família desprovidos de qualquer propriedade⁷². A medida de apreensão dos bens dos emigrados e de sua redistribuição apenas aos indigentes foi, neste ponto, revolucionária, muitas vezes incompreendida, de tal forma que ela foi mal aplicada e, na maioria dos casos, desviada pelos *sans-culottes* afortunados mediocrementemente que, localmente, não compreendiam porque eles deveriam passar depois dos menos

⁶⁹ Maximilien ROBESPIERRE, *Robespierre OC, op. cit.*, volume IX, Société des Amis de la Liberté et de l’Egalité, sessão do 23 janeiro 1793, Elogio fúnebre de Michel Lepeletier, p. 257.

⁷⁰ Maximilien ROBESPIERRE, *Robespierre OC, op. cit.*, volume X, 17 pluviôse ano II (5 fevereiro 1794) « Sur les principes de morale politique qui doivent guider la Convention Nationale dans l’administration intérieure de la République », p. 359.

⁷¹ AP, volume 67, (26 junho 1793), p. 476-497, « Discours de Maignet au nom du Comité des secours publics et projet de décret pour fonder la bienfaisance de la République comme monde de fonctionnement de la solidarité nationale. »

⁷² SAINT-JUST, *Œuvres complètes*, apresentadas e anotadas por Miguel Abensour, Anne Kupiec, Paris Gallimard, 2004, Introdução « Lire Saint-Just », p. 9-100.

afortunados do que eles mesmos, mostrando bem as linhas divisórias que atravessam a própria classe trabalhadora. Através desta atenção específica a classe menos afortunada e explicitamente aos pobres, como fator sociológico constitutivo da realidade francesa, Robespierre tenta reverter a dimensão conceptual do descrédito ligado a grande pobreza, tomando a defesa dos mais desprovidos, colocando-os no centro da reconstrução política da cidade republicana e afastando-se do pensamento de Rousseau, que pouco discute acerca das condições reais de integração dos mais pobres na vida da cidade⁷³.

6. CONCLUSÃO

A paixão pelo "povo" marcou os dois espíritos fortes que foram Rousseau e Robespierre. Este último construiu um diálogo com o mais velho, sobre os temas essenciais da regeneração da cidade e da fundação da República; amorosos pela pátria, desinteressadamente virtuosos, obedientes a soberana nação, nomofilia, direitos do homem e do cidadão, respeito pela pobreza inocente, colocação em prioridade dos princípios dos talentos dos trabalhadores humildes. Ambos os autores desejaram dar-se os meios para pensar uma forma de antropologia de ruptura, o conhecimento do homem devendo permitir melhor pensar a ciência do governo. Não é tanto esta ambição desmesurada que assinala o fracasso e a amargura de Rousseau cada vez mais cético, ou de Robespierre quem, pouco tempo depois da festa do Ser supremo realizada a 20 prairial (8 junho de 1794) vota o decreto de 22 prairial (10 de junho) instituindo “O Grande Terror”, afasta-se do Comité de Saúde Pública e da Convenção, como é a consciência histórica dolorosa da impossibilidade de redigir uma lei republicana sem um povo republicano e a impossibilidade de fundar um povo republicano sem leis republicanas. Desde o final do ano de 1792 Robespierre havia exprimido o seu desespero apontando: “a depravação de nossos espíritos e a energia do carácter implícita pelo governo livre, que nós ousamos reivindicar para formar as nossas instituições políticas, deveríamos ter os costumes que elas nos devem dar.” Não era isso que constatava Rousseau: “seria preciso que os homens fossem diante das leis o que eles devem tornar-se através delas⁷⁴.”

⁷³ Entre as causas da obstinação termidoriana contra a população mais desfavorecida da República demos pouca atenção ao fato de que Robespierre colocou os pobres na frente da sua defesa, sendo considerado como uma aberração social por aqueles que designaríamos como “os homens honestos” no ano III.

⁷⁴ Citados por Henri GUILLEMIN, *Robespierre politique et mystique*, Paris, Seuil, 1987, p. 406.

É preciso ver o indício de um fracasso e de uma espécie de fuga, como assim pretende uma história crítica e que se traduz na incapacidade de melhorar o real, pela invenção de uns povos virtuosos, que os guaches de Lesueur colocam em cena, entre o realismo, visão ilénica ou crítica mascarada⁷⁵? Ou é preciso ver o próprio fundamento de toda a veia filantrópica republicana, que longe das imagens e representações exageradas e falsificadas, afrontaria a miséria deixada como legado, no aprofundamento do mutualismo, dos bancos de poupança populares, subsídios de emprego como ferramentas tangíveis do desejo de dar sentido a política republicana de ajuda aos cidadãos mais pobres, como uma herança longínqua e mal conhecida do pensamento de Robespierre andando na realidade, mais longe do que Rousseau nos seus livros⁷⁶.

⁷⁵ Philippe DE CARBONNIÈRES, *Lesueur. Gouaches révolutionnaires. Collections du Musée Carnavalet*, Paris, Paris-Musées e edições Nicolas Chaudun, 2005

⁷⁶ Bernard GAINOT, « La république comme association de citoyens solidaires. Pour retrouver l'économie politique républicaine (1792-1799) », em Jean-Luc Chappey, Bernard Gainot, Guillaume Mazeau, Frédéric Regent e Pierre Serna, *Pour Quoi faire la Révolution*, Marseille, Agone, 2012, pp. 149-180.